



**Projeto Pedagógico do Curso de
Pós-Graduação *Lato Sensu* em
Inteligência de Estado e
Inteligência Policial**

- EAD -

**Curitiba/PR
Abril/2023**

Mantenedora
GRAN CENTRO UNIVERSITÁRIO LTDA – e-MEC 18437
CNPJ: 32.163.997/0001-97

Mantida
GRAN CENTRO UNIVERSITÁRIO – e-MEC 1759

Credenciado pela Portaria Ministerial nº 1396, de 04/07/2001,
(publicada em Diário Oficial da União de 09/07/2001).

Credenciado pela Portaria Ministerial nº 827, de 22/03/2002,
(publicada no DOU em 27/03/2002).

Portaria de Recredenciamento nº 65, de 18 de janeiro de 2017,
(publicada no DOU em 19/01/2017).

Credenciamento em Gran Centro Universitário – UniBagozzi,
Portaria nº 402, de 03 de junho de 2022,
(publicada no DOU de 06/06/2022, Seção 1, Edição 106, Página 141).

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO
DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* EM INTELIGÊNCIA DE ESTADO E
INTELIGÊNCIA POLICIAL
Modalidade a Distância

1. Perfil Institucional

1.1. IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR – IES

Quadro 1 – Identificação da Instituição de Ensino Superior – IES

IDENTIFICAÇÃO DA MANTENEDORA: GRAN CENTRO UNIVERSITÁRIO LTDA, CNPJ: 32.163.997/0001-97
Endereço: Luiz Parigot de Souza, nº 961 Bairro: Portão Cidade: Curitiba UF: PR
CEP: 81.070-050 Telefone: (41) 3521-2727

Fonte: Gran Centro Universitário (2022)

1.1.1. Base Legal da Mantenedora

O Gran Centro Universitário é uma Instituição de Educação Superior (IES), mantida pelo Gran Centro Universitário LTDA. Trata-se de uma sociedade civil, pessoa jurídica de direito privado, com fins lucrativos. O Contrato Social da Mantenedora é registrado na Junta Comercial do Paraná, por meio do Registro nº 20227646223, datado de 09/11/2022, com o código de verificação nº 12214549000 e NIRE de nº 41208940492.

1.1.2. Base Legal da IES

Quadro 2 – Identificação da Mantenedora

IDENTIFICAÇÃO DA MANTENEDORA	
Nome:	GRAN CENTRO UNIVERSITÁRIO LTDA
CNPJ:	32.163.997/0001-97
Código e-MEC:	18437
Endereço:	Rua Luiz Parigot de Souza, 961, Portão, Curitiba, PR, CEP: 81.070-050
Data da Fundação:	03 de dezembro de 2018
Natureza Jurídica:	Sociedade Empresária LTDA – Com fins lucrativos

DIRIGENTE DA MANTENEDORA					
Dirigente:	Gabriel Granjeiro				
Cidade:	Brasília	UF:	DF	CEP:	81.070-00
Fone:	(41) 3229-1181				

Fonte: Gran Centro Universitário (2022)

Quadro 3 – Identificação da Instituição Mantida

IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO MANTIDA	
Nome:	GRAN CENTRO UNIVERSITÁRIO
e-MEC:	1759

DIRIGENTE DA INSTITUIÇÃO MANTIDA					
Reitor:	Gabriel Granjeiro				
Endereço:	Rua Caetano Marchesini, nº 952				
Cidade:	Curitiba - Paraná	UF:	PR	CEP:	81.070-050
Fone:	(41) 3521-2727		Fax:	(41)3521-2700	

Fonte: Gran Centro Universitário (2022)

1.2. PERFIL E MISSÃO DA IES

Missão: *Mudar vidas por meio da Educação e da Tecnologia.*

Visão: *Ser a plataforma tecnológica que mais impacta a educação brasileira.*

Valores:

- *Tudo se resume a pessoas servindo outras pessoas;*
- *Somos obcecados pelos nossos alunos;*
- *Inovação é obrigação;*
- *Integridade não tem preço;*
- *Aqui, estamos sempre no 1º dia.*

1.3. BREVE HISTÓRICO DA IES

1.3.1. O Gran Centro Universitário

O Gran, uma EdTech brasileira que tem como missão mudar a vida de seus alunos por meio da educação e da tecnologia. A companhia, que completou 10 anos em 2022, é jovem, mas já tem um histórico sólido e de destaque, inclusive internacional. Foi reconhecida como a 5ª empresa mais inovadora da América Latina pela FastCompany, possui tecnologia de ponta que tem democratizado o ensino em todo o país e alcançou números que denotam sua vasta expertise de oferecer educação e ferramentas de excelência, mudando a vida de dezenas de milhares de alunos na última década.

A paixão por mudar vidas é o eixo condutor para qualquer movimento feito pelo Gran e os meios dessa transformação são a educação e a tecnologia, com ferramentas de aprendizagem pensadas em levar o melhor conteúdo, aliado a instrumentos que potencializam o estudo e aceleram o aprendizado. Desta forma, as TICs (**Tecnologias de Informação e Comunicação**) são essencialmente valorizadas pelo Gran, pois geram o acesso ao conhecimento e multiplicam as possibilidades de interação, ensino e aprendizado à comunidade acadêmica que, munida dessas ferramentas, torna a aprendizagem ativa e passa a protagonizar o processo educativo.

1.4. VOCAÇÃO GLOBAL

Os princípios e as ações a serem delineadas são fundamentais para que o **Gran Centro Universitário** promova as alterações necessárias à implementação das mudanças na busca de uma Instituição que seja fruto, permanentemente, do engajamento de suas metas/objetivos propostos pela comunidade acadêmica **Gran**. Dentre os objetivos globais traçados, destacam-se:

- estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- formar cidadãos e profissionais nas áreas de conhecimento em que atuar, aptos para a inserção nas respectivas carreiras e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, promovendo ações para sua formação continuada;
- incentivar a investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia, da criação e difusão da cultura e o entendimento do homem e do meio em que vive;
- promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento pessoal, cultural e profissional e possibilitar sua correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- estimular o conhecimento dos problemas do mundo globalizado e, simultaneamente, prestar serviços especializados à comunidade, estabelecendo com esta uma relação de reciprocidade;
- promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição;
- contribuir para a redução das desigualdades sociais e regionais e desenvolver ações afirmativas para a promoção de igualdade de condições com vistas à inclusão social.

2. Coordenação do Curso

Diego Alekes Fontes de Sousa

Especialista em Inteligência de Estado e Inteligência de Segurança Pública pela International Association for Security and Intelligence Studies (INASIS). Pós-Graduado em Gestão de Segurança Pública e em Direito Administrativo pela Faculdade de Ciências de Wenceslau Braz.

E-mail: profdiegofontes@gmail.com

Telefone: (61) 98216-1619

3. Dados do Curso

Nome do curso: INTELIGÊNCIA DE ESTADO E INTELIGÊNCIA POLICIAL

Modalidade: EAD

Carga horária: 380 h (disciplinas) + 40h (trabalho de conclusão de curso)

Periodicidade: oferta permanente

Período: 6 a 24 meses

4. Aspectos Gerais do Projeto Pedagógico

4.1. JUSTIFICATIVA DA OFERTA DO CURSO

A atividade de inteligência tem sido cada vez mais objeto de atenção da maior parte dos países. Com a competição internacional por mercados, tecnologias e insumos, a informação e o conhecimento tornam-se elementos diferenciais. Para produção de conhecimentos que viabilizem a captação de oportunidades e a dissuasão de ameaças, os organismos de inteligência vêm sendo mais fortalecidos e equipados. Por sua vez, na perspectiva da segurança pública, a atividade de inteligência tem se demonstrado o recurso mais eficiente no combate às organizações criminosas transnacionais. Todavia, a produção doutrinária no Brasil ainda é escassa, sendo raras as obras que tratam a temática a partir de uma abordagem instrutiva. Mais raros ainda são os cursos nessa área. Com efeito, muitos daqueles que possuem conhecimento sobre a atividade de inteligência evitam se expor, pois quase sempre integram os quadros de instituições públicas que preconizam uma atuação sigilosa. Trata-se ainda de uma temática que desperta curiosidade e interesse na sociedade, dado o caráter hermético das instituições de inteligência que operam sob a égide do sigilo.

4.2. OBJETIVOS DO CURSO

4.2.1. Objetivo Geral

Aprofundar os conhecimentos sobre a Atividade de Inteligência de Estado e Inteligência Policial, tanto nos fundamentos e técnicas clássicas quanto nos aspectos mais atuais que envolvem a Inteligência Cibernética.

4.2.2. Objetivo Geral

- Apresentar os fundamentos da Atividade de Inteligência;
- Demonstrar a importância da Atividade de Inteligência frente aos desafios do Estado brasileiro em seu relacionamento com outros atores globais;
- Demonstrar a importância da Inteligência Policial no enfrentamento do fenômeno da criminalidade transnacional;
- Aprofundar os estudos quanto ao fenômeno da convergência entre crime organizado e terrorismo;
- Analisar as principais ações adversas enfrentadas pelo Estado brasileiro e como a contrainteligência pode atuar na salvaguarda dos interesses nacionais;
- Demonstrar o processo de produção do conhecimento de Inteligência, perpassando as fases de obtenção (com ênfase em inteligência de fontes abertas e operações de inteligência), análise e difusão;
- Apresentar a realidade da atividade de Inteligências no Poder Legislativo e no Poder Judiciário;
- Aprofundar os fundamentos e técnicas da análise e da gestão de riscos;
- Analisar a legislação e a regulamentação brasileira sobre a Atividade de Inteligência, explorando os mais importantes diplomas legislativos;
- Demonstrar o desenvolvimento da Atividade de Inteligência em meio digital, com ênfase na segurança da informação e na Inteligência de Fontes Abertas (OSINT);
- Apresentar o debate sobre a necessidade de controle da Atividade de Inteligência, enfatizando o controle externo exercido pelo Parlamento;
- Aprofundar os mecanismos de gestão integrada da Atividade de Inteligência.

4.3. CONTRIBUIÇÕES PARA O EGRESSO

- Familiarizar-se com os conceitos e terminologias próprios da Atividade de Inteligência.
- Compreender a Atividade de Inteligência enquanto ativo estratégico diante dos novos paradigmas definidos pelo intrincado relacionamento entre Estados, em especial os aspectos relativos à competição internacional por mercados, tecnologias e insumos.
- Entender a indispensabilidade de adoção de novas ferramentas na Inteligência Policial, em especial de caráter cibernético, diante da evolução do crime organizado transnacional;
- Explorar as possibilidades de obtenção de dados e informações relevantes em fontes abertas, em especial em ambiente digital;
- Reconhecer a necessidade de aprimoramento de mecanismos de Contraineligência para dissuasão de potenciais ações adversas e para a salvaguarda dos interesses nacionais;
- Aprender a aplicar a metodologia de Análise de Riscos para gestão dos riscos de uma organização que lide com conhecimentos sensíveis;
- Conhecer as novas tecnologias e os desafios que se impõem diante do armazenamento de dados pessoais e institucionais em meio digital;
- Conhecer e analisar criticamente a legislação de interesse da Atividade de Inteligência, conectando os aspectos formais legislativos à prática institucional de serviços de inteligência e organizações policiais;
- Enfrentar novos paradigmas definidos pelo relacionamento convergente entre criminalidade organizada e terrorismo;
- Conhecer e analisar criticamente a Lei de Acesso à Informação e a Lei Geral de Proteção de Dados, relacionando-as com a Atividade de Inteligência.
- Desmistificar a Atividade de Inteligência, tornando o egresso capaz de aplicar seus fundamentos e procedimentos em sua atividade profissional.

4.4. PÚBLICO-ALVO

Graduados e pós-graduados, estudantes e profissionais que queiram se aprofundar em Inteligência de Estado e Inteligência Policial.

4.5. FORMA DE INGRESSO

Matrículas vinculadas ao sistema Gran Cursos Online, atendendo ao pré-requisito legal.

5. Estrutura Curricular Do Curso

5.1. METODOLOGIA

Utilizar-se-á o método de exposição tradicional, por meio de aulas gravadas de disponibilizadas na Plataforma, bem como a aprendizagem focada no aluno, tornando-o ainda mais ativo, tendo o professor como facilitador.

Além disso, haverá aulas ao vivo, síncronas, e objetos de aprendizagem de modo a permitir maior interação entre o professor e os alunos, esclarecendo dúvidas e ampliando o diálogo.

5.2. MATRIZ CURRICULAR

	Unidade Curricular	CH Horária
01	Introdução à Atividade de Inteligência	19h
02	Inteligência Policial	20h
03	Crime Organizado Transnacional	12h
04	Gestão Estratégica nas Organizações	20h
05	Legislação de Inteligência – Parte 1	23,5h
06	Gestão da Informação	45h
07	Legislação de Inteligência – Parte 2	45h
08	Legislação Aplicada à Segurança da Informação	30h
09	Segurança Orgânica	14h
10	Criptografia, Certificação Digital e Tópicos Especiais em Segurança da Informação	5,5h
11	Contraespionagem	2h
12	Proteção ao Conhecimento Sensível e Controle dos Bens de Uso Dual	2h
13	Contrainteligência Policial	6h
14	Análise da Propaganda e Contrapropaganda	12h
15	Terrorismo e Contraterrorismo	12h
16	Direitos Humanos e Grandes Fenômenos Criminosos Modernos – Terrorismo, Insurgência e o Crime Organizado Transnacional	6h
17	Tópicos Especiais de Terrorismo e Segurança	6h

Unidade Curricular		CH Horária
18	Operações de Inteligência	4h
19	Análise de Riscos	20h
20	Produção do Conhecimento de Inteligência	10h
21	Segurança Cibernética – Histórico, Desconfusão Conceitual, Definições e Natureza Jurídica	20h
22	Política Nacional de Segurança da Informação e Estratégia Nacional de Segurança Cibernética	19h
23	Inteligência Cibernética e Inteligência de Fontes Abertas (OSINT)	20h
24	Controle da Atividade de Inteligência	5h
25	Atividade Integrada de Inteligência e Modelos de Gestão	2h
TOTAL DAS DISCIPLINAS		380 h/a
Trabalho de Conclusão de Curso (OPCIONAL)		40 h/a
TOTAL DO CURSO		420 h/a

5.3. COMPONENTES CURRICULARES

5.3. Componentes curriculares

Disciplina: INTRODUÇÃO À ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA

Carga horária: 19 h/a

Objetivos: Apresentar aspectos teóricos elementares sobre Inteligência, bem como exemplos de organizações de Inteligência. Apresentar os aspectos práticos relacionados ao desenvolvimento da Atividade de Inteligência no Poder Legislativo, explorando as atribuições do Serviço de Inteligência Policial da Secretaria de Polícia do Senado Federal, mormente no que tange ao assessoramento técnico das Comissões Parlamentares de Inquérito. Apresentar o Sistema de Inteligência de Segurança Institucional do Poder Judiciário.

Conteúdo programático:

- Introdução e Conceitos
- Funções da Inteligência
- Escopo e Categorias
- Ciclos
- Fontes
- Princípios Norteadores
- Inteligência e Democracia
- Estudo de casos: agências de inteligência

- Introdução ao tema;
- Abordagem introdutória da Atividade de Inteligência
- Inteligência no Poder Legislativo
- Atuação do Serviço de Inteligência Policial do Senado Federal
- O que não é a Atividade de Inteligência no Poder Judiciário;
- Histórico da Atividade de Inteligência no Poder Judiciário;
- Características da Atividade de Inteligência no Poder Judiciário;
- Sistema de Inteligência de Segurança Institucional do Poder Judiciário;
- Doutrina Nacional de Inteligência do Poder Judiciário.

Bibliografia básica:

GONÇALVES, Joanisval Brito. Atividade de Inteligência e Legislação Correlata, 6ª edição. Niterói: Impetus, 2018.

GONÇALVES, Joanisval Brito. Políticos e Espiões: o controle da atividade de inteligência, 2ª edição. Niterói: Impetus, 2019.

HIND, Allison. História da Espionagem. Rio de Janeiro: Bloch, 1967

KENT, Sherman. Informações Estratégicas. Rio de Janeiro: Bibliex, 1967.

LOWENTHAL, Mark. Intelligence: From Secrets to Policy. Washington, D.C.: CQ Press, 2003.

<https://joanisval.com/>

<https://www.youtube.com/joanisvalbsb>

<https://legis.senado.leg.br/comissoes/comissao?codcol=449>

<https://www.facebook.com/InasisOfficial/>

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm>.

BRASIL. Decreto nº 4.376, de 13 de setembro de 2002. Dispõe sobre a organização e o funcionamento do Sistema Brasileiro de Inteligência, instituído pela Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999, e dá outras providências. Disponível em: <www.planalto.gov.br/legislacao>.

BRASIL. Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999. Institui o Sistema Brasileiro de Inteligência, cria a Agência Brasileira de Inteligência – ABIN e dá outras providências. Disponível em: <www.planalto.gov.br/legislacao>.

CEPIK, Marco A.C. Tese de doutorado: serviços de inteligência: agilidade e transparência como dilemas de institucionalização. 2001. 310 f. Tese de doutorado (Doutorado em Ciência Política) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

GONÇALVES, Joanisval Brito. Atividade de inteligência e legislação correlata. Niterói, RJ: Impetus, 2010.

GONÇALVES, Luiz Carlos dos Santos. Comissões parlamentares de inquérito: poderes de investigação. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2001.

Resolução nº 383, de 25/03/2021, do Conselho Nacional de Justiça

Bibliografia complementar:

BRASIL. Escola Superior de Guerra. Manual Básico. Rio de Janeiro: ESG, 1976

CEPIK, Marco. Espionagem e democracia. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

DANTAS, George Felipe de Lima; SOUZA, Nelson Gonçalves de. “As bases introdutórias da análise criminal na inteligência policial”. In: Boletim IBCCRIM. São Paulo, v. 6, jul. 2004.

DIOGO, José-Manuel. As Grandes Agências Secretas. Lisboa: Clube do Autor, 2018.

GONÇALVES, Joanisval Brito; REIS, Marcus Vinicius. Terrorismo: conhecimento de combate. Niterói: Impetus, 2017.

MOREIRA, Jussara Carla Bastos. “Inteligência policial como meio de prova: considerações sobre sua utilização”. In: Segurança Pública e Cidadania, Brasília, v. 6, n. 1, p. 85-114, jan/jun 2013.

PACHECO, Denilson Feitoza. Atividades de inteligência e processo penal. In: IV JORNADA JURÍDICA DA JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO – AUDITORIA DA 4ª CJM, 30 set. 2005, Juiz de Fora/MG. Disponível em: <<http://www.advogado.adv.br/direitomilitar/ano2005/denilsonfeitozapacheco/atividadedeinteligencia.htm>>.

PACHECO, Denilson Feitoza. Relatório de pesquisa: inteligência, segurança e Direito: políticas e operações de inteligência. 2012. 264 f. Relatório final (Residência Pós-Doutoral em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

WARNER, Michael. Wanted: A Definition of Intelligence. *Studies in Intelligence* 46, no. 3 (2002): 15-22. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/center-for-the-study-of-intelligence/kent-csi/vol46no3/pdf/v46i3a02p.pdf>>.

SHULSKY, Abraham N., and Gary J. Schmitt. *Silent Warfare: Understanding the World of Intelligence*, 3rd ed. Washington, DC: Brassey's, 2002.

GONÇALVES, Joanival Brito. *Atividade de Inteligência e Legislação Correlata*, 6ª edição. Niterói: Impetus, 2019.

Disciplina: INTELIGÊNCIA POLICIAL

Carga horária: 20 h/a

Objetivos: Apresentar os fundamentos da atividade de inteligência policial e suas particularidades.

Conteúdo programático:

1 ASPECTOS GERAIS DA ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

- Cronologia da Atividade de Inteligência de Segurança Pública (ISP) no Brasil
- A importância da Informação e Conhecimento no mundo: aspectos gerais, características
- Conceito de ISP e de inteligência policial
- Objetivo Geral e Específico
- Finalidade e Características
- Princípios da ISP
- Ramos da Atividade de ISP
- Diferenças entre Inteligência de Segurança Pública e Investigação Policial
- Espécies de Inteligência de Segurança Pública

2. SISTEMAS

2.1 SUBSISTEMA DE INTELIGÊNCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

- Estrutura do Sistema a Nível Nacional
- Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública (DNISP)
- Organização da Atividade de Inteligência de Segurança Pública – AISP
- Sistema de Inteligência de Segurança Pública (SISP)
- Subsistema
- Canais
- Classe de Agências de Inteligência
- Estruturas das Agências de Inteligência
- Recursos Humanos
- Recursos Materiais

2.2 SISTEMAS ESTADUAIS DE INTELIGÊNCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

- Conceito e Finalidade
- Conselho de Inteligência

- Agência Central
- Subsistemas
- Agências Parceiras
- Estudo de Caso

3. FUNDAMENTOS ÉTICOS E JURÍDICOS DA ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA POLICIAL

- Limites legais das ações de inteligência
- Controles
- Aspectos éticos
- Limites doutrinários e legais entre inteligência policial e investigação policial

Bibliografia básica:

COSTA, R. J. C. C.. Inteligência Policial Judiciária: Os limites doutrinários e legais na assessoria eficaz à repressão ao crime organizado. Rio de Janeiro: Brasport. 2019.

JÚNIOR, Celso Moreira Ferro. A inteligência e a Gestão da informação policial – Brasília: Fortium, 2008.

Brandão, P., & Cepik, M. (Coord.). Inteligência de segurança pública: teoria e prática no controle da criminalidade. Niterói, Rio de Janeiro: Editora Impetus, 2013.

Fiães, L. F.. Intelligence e Segurança Interna. Lisboa: Editora ISCPSI, 2014.

Ferro Júnior, C. M. A inteligência e a gestão da informação policial. Brasília: Editora Fortium, 2008.

Bibliografia complementar:

UNODC. Criminal Intelligence Manual for Analysts. New York, 2011

UNODC. Investigación de delitos. Manual de instrucciones para La evaluación de La justicia penal, 2010.

Fiães, L. F. As “novas” ameaças como instrumento de mutação do conceito “segurança”. In: I Colóquio de Segurança Interna. Lisboa: Editora Almedina, 2005.

_____. A prevenção da criminalidade. II Colóquio de Segurança Interna. Lisboa: Editora Almedina, 2006.

Moraes, R.I. Inteligência Criminal e denúncia anônima. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2011.

Moreira, J.C.B. Inteligência policial como meio de prova: considerações sobre sua utilização. Vol. 6, n.1, pp.85-114. Segurança Pública & Cidadania. Brasília, 2013.

Disciplina: CRIME ORGANIZADO TRANSNACIONAL

Carga horária: 12 h/a

Objetivos: Apresentar o tema Crime Organizado Transnacional, sob o aspecto histórico-conceitual, abordando sua evolução e a dificuldade de enfrentamento pelos Estados Modernos.

Conteúdo programático:

- Aspectos históricos do crime organizado transnacional;
- Definições acerca do Crime Organizado Transnacional;
- Limites entre o COT e o Terrorismo Internacional;
- Convergência Crime-Terror;
- Crimes cibernéticos e a superação do Estado Moderno.

Bibliografia básica:

MAKARENKO, Tamara. The crime terror continuum: tracing the interplay between transnacional organized crime and terrorism. Global Crime, v. 6, n.º 6, feb. 2004.

Naím, M. 2005. Illicit: How smugglers, traffickers, and copycats are hijacking the global economy. New York: Doubleday.

Pérez, O. J. 2003–04. Democratic legitimacy and public insecurity: Crime and democracy in El Salvador and Guatemala. Political Science Quarterly 118: 4, 627–644

Pinotti, P. 2012. The Economic costs of organized crime: Evidence from Southern Italy. Rome: Bank of Italy Working paper # Number 868. April.

Slaughter, A.-M. 2004. A new world order. Princeton and Oxford: Princeton University Press.

Bibliografia complementar:

Jojarth, C. 2009. Crime, war, and global trafficking: Designing international cooperation. New York and Cambridge: Cambridge University Press.

Koppel, N. 2012. Alleged drug cartel members arrested in raid. Wall Street Journal. June 12. Available at: <http://online.wsj.com/article/SB10001424052702303901504577462693244370140.html>.

KPMG. 2011. Global anti-money laundering survey 2011: How banks are facing up to the challenge. Available at: <http://www.kpmg.com/Global/en/IssuesAndInsights/ArticlesPublications/Documents/anti-money-launderingv2.pdf>

Levi, M., and P. Reuter. 2006. Money laundering. Crime and Justice 34: 289–375.

Myers, J. 2001. International standards and cooperation in the fight against money laundering. Economic Perspectives 6(2): 9–10. Available at: <http://www.usembassy-mexico.gov/bbf/ej/ijee0501.pdf>.

Disciplina: GESTÃO ESTRATÉGICA NAS ORGANIZAÇÕES

Carga horária: 20 h/a

Objetivos: Compreender a importância de gerir uma organização de forma eficiente, eficaz e efetiva, a partir de uma visão sistêmica e integrada de todos os processos organizacionais, que envolvem a boa gestão de recursos humanos, financeiros e materiais.

Conteúdo programático: O curso conterá conhecimentos a respeito de modelos e técnicas de gestão aplicados às organizações públicas e privadas envolvendo:

- A gestão estratégica nas organizações públicas pelo viés da governança pública.
- Processo administrativo.
- Funções de administração: Planejamento, organização, direção e controle.
- Processo de planejamento.
- Planejamento estratégico.
- Visão, missão e análise SWOT, matriz GUT e ferramenta 5W2H.
- Análise competitiva e estratégias genéricas.
- Redes e alianças.
- Planejamento tático.
- Planejamento operacional.
- Administração por objetivos.
- Balanced scorecard: principais conceitos, aplicações, mapa estratégico, perspectivas, temas estratégicos, objetivos estratégicos, relações de causa e efeito, indicadores, metas, iniciativas estratégicas.
- Processo decisório.
- Gestão Estratégica e Participativa no SUS

Bibliografia básica:

BRASIL. Ministério da Saúde. Manual de planejamento no SUS / Ministério da Saúde, Fundação Oswaldo Cruz. – 1. ed., rev. – Brasília : Ministério da Saúde, 2016

CHIAVENATO, I. (2011). Introdução à teoria geral da administração (8ª ed. ed.). Rio de Janeiro: Elsevier.

HAMEL, G., & Prahalad, C. (May-Jun de 1989). Strategic Intent. Harvard Business Review.

HERRERO, E. (2005). Balanced scorecard e a gestão estratégica: uma abordagem prática. Rio de Janeiro: Elsevier.

KAPLAN, R. S., & Norton, D. P. (Sep-Oct de 2000). Having trouble with your strategy? Than map it. Harvard Business Review.

MATUS, C. (2006). O plano como aposta. Em J. Giacomoni, & J. Pagnussat, Planejamento e Orçamento Governamental - coletânea (pp. 115- 144). Brasília: Enap.

MINTZBERG, H., Ahlstrand, B., & Lampel, J. (2005). Strategy Safari: a guided tour through the wilds of strategic management. New York: Free Press.

OLIVEIRA, D. d. (2007). Planejamento Estratégico - conceitos, metodologias e práticas (24° ed.). São Paulo: Atlas.

PORTER, M. E. (Mar-Apr de 1979). How Competitive Forces Shape Strategy. Harvard Business Review.

PORTER, M. E. (1986). Estratégia Competitiva: técnicas para análise de indústrias e da concorrência (7° Ed. ed.). Rio de Janeiro: Campus.

PORTER, M. E. (Nov-Dec de 1996). What is Strategy? Harvard Business Review.

RENNÓ, R. (2013). Administração Geral para Concursos. Rio de Janeiro: Campus Elsevier.

SCHEMERHORN Jr., J. R. (2008). Management (9° ed.). Hoboken: Wiley & Sons.

Bibliografia complementar:

KAPLAN, R. S., & Norton, D. P. (1996). The balanced scorecard: translating strategy into action (1° ed.). Boston: Harvard Business School Press.

PALUDO, A. V. (2010). Administração pública: teoria e questões (1° ed.). Rio de Janeiro: Elsevier.

Disciplina: LEGISLAÇÃO DE INTELIGÊNCIA – PARTE 1

Carga horária: 23,5 h/a

Objetivos: Apresentar as principais leis relativas à Atividade de Inteligência.

Conteúdo programático:

- Lei nº 9.883/99
- Decreto nº 4.376/2002
- Política Nacional de Inteligência
- Estratégia Nacional de Inteligência

Bibliografia básica:

BRASIL. Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999. Institui o Sistema Brasileiro de Inteligência, cria a Agência Brasileira de Inteligência – ABIN e dá outras providências. Disponível em: <www.planalto.gov.br/legislacao>.

BRASIL. Decreto nº 4.376, de 13 de setembro de 2002. Dispõe sobre a organização e o funcionamento do Sistema Brasileiro de Inteligência, instituído pela Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999, e dá outras providências. Disponível em: <www.planalto.gov.br/legislacao>.

BRASIL. Decreto nº 8.793, de 29 de junho de 2016. Fixa a Política Nacional de Inteligência. Disponível em: <www.planalto.gov.br/legislacao>.

BRASIL. Decreto de 15 de dezembro de 2017. Aprova a Estratégia Nacional de Inteligência. Disponível em: <www.planalto.gov.br/legislacao>.

Bibliografia complementar:

GONÇALVES, Joannis Brito. Atividade de inteligência e legislação correlata. Niterói, RJ: Impetus, 2010.

PACHECO, Denilson Feitoza. Atividades de inteligência e processo penal. In: IV JORNADA JURÍDICA DA JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO – AUDITORIA DA 4ª CJM, 30 set. 2005, Juiz de Fora/MG. Disponível em: <<http://www.advogado.adv.br/direitomilitar/ano2005/denilsonfeitozapacheco/atividadedeinteligencia.htm>>.

PACHECO, Denilson Feitoza. Relatório de pesquisa: inteligência, segurança e Direito: políticas e operações de inteligência. 2012. 264 f. Relatório final (Residência Pós-Doutoral em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

CEPIK, Marco A.C. Tese de doutorado: serviços de inteligência: agilidade e transparência como dilemas de institucionalização. 2001. 310 f. Tese de doutorado (Doutorado em Ciência Política) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

WARNER, Michael. Wanted: A Definition of Intelligence. *Studies in Intelligence* 46, no. 3 (2002): 15-22. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/center-for-the-study-of-intelligence/kent-csi/vol46no3/pdf/v46i3a02p.pdf>>.

SHULSKY, Abraham N., and Gary J. Schmitt. *Silent Warfare: Understanding the World of Intelligence*, 3rd ed. Washington, DC: Brassey's, 2002.

Disciplina: GESTÃO DA INFORMAÇÃO

Carga horária: 45 h/a

Conteúdo programático: 1. Gestão da Informação 2. Tecnologia da Informação 3. Gestão do Conhecimento 4. BIG DATA 5. RFID 6. IoT 7. Sistemas integrados: intranets, extranets, e-business, e-commerce e e-government 8. A infraestrutura de tecnologia da informação (TI) das organizações 9. O armazenamento das informações 10. Inteligência empresarial (BI - Business Intelligence).

Bibliografia básica:

Dalmarco, Denise *Gestão da informação e inteligência de mercado / Denise Dalmarco.* – São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2020.

Gestão da Informação e do Conhecimento: o essencial para alunos de graduação / Antonio Braquehais – Brasília – 2020

Disciplina: LEGISLAÇÃO DE INTELIGÊNCIA – PARTE 2

Carga horária: 45 h/a

Objetivos: Apresentar as principais leis relativas à Atividade de Inteligência.

Conteúdo programático:

- Decreto nº 10.445, de 30 de julho de 2020
- Lei nº 11.776, de 17 de setembro de 2008
- Política Nacional de Inteligência de Segurança Pública
- Estratégia Nacional de Inteligência de Segurança Pública
- Lei de Acesso à Informação
- Lei nº 13.260/2016

Bibliografia básica:

BRASIL. Decreto nº 10.777, de 24 de Agosto de 2021. Institui a Política Nacional de Inteligência de Segurança Pública. Disponível em: <www.planalto.gov.br/legislacao>.

BRASIL. Decreto nº 10.778, de 24 de Agosto de 2021. Institui a Estratégia Nacional de Inteligência de Segurança Pública. Disponível em: <www.planalto.gov.br/legislacao>.

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em: <www.planalto.gov.br/legislacao>.

BRASIL. Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016. Regulamenta o disposto no inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal, disciplinando o terrorismo, tratando de disposições investigatórias e processuais e reformulando o conceito de organização terrorista; e altera as Leis nº 7.960, de 21 de dezembro de 1989, e 12.850, de 2 de agosto de 2013. Disponível em: <www.planalto.gov.br/legislacao>.

Bibliografia complementar:

GONÇALVES, Joanisval Brito. *Atividade de inteligência e legislação correlata.* Niterói, RJ: Impetus, 2010.

PACHECO, Denilson Feitoza. Atividades de inteligência e processo penal. In: IV JORNADA JURÍDICA DA JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO – AUDITORIA DA 4ª CJM, 30 set. 2005, Juiz de Fora/MG. Disponível em: <<http://www.advogado.adv.br/direitomilitar/ano2005/denilsonfeitozapacheco/atividadedeinteligencia.htm>>.

PACHECO, Denilson Feitoza. Relatório de pesquisa: inteligência, segurança e Direito: políticas e operações de inteligência. 2012. 264 f. Relatório final (Residência Pós-Doutoral em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

CEPIK, Marco A.C. Tese de doutorado: serviços de inteligência: agilidade e transparência como dilemas de institucionalização. 2001. 310 f. Tese de doutorado (Doutorado em Ciência Política) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

WARNER, Michael. Wanted: A Definition of Intelligence. Studies in Intelligence 46, no. 3 (2002): 15-22. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/center-for-the-study-of-intelligence/kent-csi/vol46no3/pdf/v46i3a02p.pdf>>.

SHULSKY, Abraham N., and Gary J. Schmitt. Silent Warfare: Understanding the World of Intelligence, 3rd ed. Washington, DC: Brassey's, 2002.

Disciplina: LEGISLAÇÃO APLICADA À SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

Carga horária: 30 h/a

Objetivos: Fornecer conhecimentos da legislação nacional sobre acesso à informação e a proteção de dados pessoais.

Conteúdo programático:

LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS e LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO Conceitos, tratamento dos dados pessoais, direitos do titular, tratamento de dados pessoais pelo poder público, transferência internacional de dados, agentes de tratamento de dados pessoais, segurança e boas práticas, fiscalização, autoridade nacional de proteção de dados, conselho nacional de proteção de dados pessoais e da privacidade. Acesso à informação e sua divulgação, procedimento de acesso à informação, restrições de acesso à informação, responsabilidades.

GESTÃO DA CONTINUIDADE DE NEGÓCIOS

Sistemas de gestão de continuidade de negócios, plano de continuidade de negócios.

Bibliografia básica:

LAI – Lei de acesso à informação, lei nº 12.527 de 2011.

LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, Lei nº 13.709

Associação Brasileira de Normas Técnicas NBR ISO 22313:2015

Marinho, Fernando; Guia de Plano de Continuidade de Negócios – 1 ed.: Elsevier.

Disciplina: SEGURANÇA ORGÂNICA

Carga horária: 14 h/a

Objetivos: Capacitar Agentes de Inteligência de Segurança Pública e demais integrantes de outros Órgãos de Inteligência, a aplicar as medidas e Ações de Contra Inteligência, agindo dentro dos princípios característicos da Doutrina de Inteligência de Segurança Pública e assegurando comportamentos adequados à salvaguarda de dados e conhecimentos sigilosos.

Conteúdo programático:

- Medidas de Segurança de Recursos Humanos:
- Segurança no processo seletivo:
- Segurança no desempenho das funções:
- Segurança no desligamento:
- Segurança na produção:
- Segurança na difusão e recepção:

- Segurança no manuseio:
- Segurança no arquivamento:
- Segurança na destruição:
- Segurança das Instalações
- Definições de medidas de Segurança Orgânica (Pessoal – Material – Documentos – Áreas e Instalações).

Bibliografia básica:

COSTA, R. J. C. C.. Inteligência Policial Judiciária: Os limites doutrinários e legais na assessoria eficaz à repressão ao crime organizado. Rio de Janeiro: Brasport. 2019.
Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública. 4a Ed. Brasília: 2014;
Combate a Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento ao Terrorismo-Legislação-2a Ed. – São Paulo CNF-FEBRABAN, 2005;
Segurança da Informação/Edílson Fontes, CISM, CISA-SP: Ed. Saraiva, 2006;
Espionagem e Democracia/Marco A. C. Cepik-RJ: Ed. FGV, 2003;
Salvaguarda de Assuntos Sigilosos: Proteção ao Conhecimento – Legislação Vigente – Série Coletânea de Legislação no 4 – ABIN/DF;
KENT, Sherman. Informações Estratégicas. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1967
ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (Brasil). Manual Básico: Assuntos Específicos. Rio de Janeiro DVIR, Aví. Espionagem Empresarial. SP: Ed. Novatec, 2004;
CARMONA, Tadeu. Segredos da Espionagem Digital. SP:Ed. Digerati, 2005;

Bibliografia complementar:

FONTES, Edison. Políticas e Normas para a Segurança da Informação. Brasport, 2012.
HINTZBERGEN, J., SMULDERS, A., HINTZBERGEN, K., & BAARS, H. (2018). Fundamentos de Segurança da Informação: com base na iso 27001 e na iso 27002. Tradução: Alan de Sá. Rio de Janeiro: Brasport. FONTES, Edison. Praticando a segurança da informação. Brasport, 2008.
BASTOS, Alberto; CAUBIT, Rosângela. ISO 27001 e 27002: Gestão de segurança da informação–uma visão prática. Porto Alegre, RS, p. 9-28, 2009.

Disciplina: CRIPTOGRAFIA, CERTIFICAÇÃO DIGITAL E TÓPICOS ESPECIAIS EM SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

Carga horária: 5,5 h/a

Objetivos: Fornecer conhecimentos sobre criptografia e suas aplicações. Fornecer conhecimentos sobre tópicos atuais relacionados a tecnologia e segurança da informação relevantes para o profissional atuante na área de segurança da informação.

Conteúdo programático: Arquitetura de Segurança. Fundamentos de Criptografia. Criptografia Simétrica. Criptografia Assimétrica.

Bibliografia básica:

STALLINGS, William. Criptografia e Segurança de Redes: Princípios e Práticas, 2014
MENEZES, Alfred J. Handbook of Applied Cryptography, 2001
BASHIR, Imran. [livro digital] Mastering Blockchain: Deeper insights into decentralization, cryptography, Bitcoin, and popular Blockchain frameworks. Packt Publishing, 2017.
LAURENCE, Tiana. Blockchain For Dummies. For Dummies, 2019.
RAJ, Koshik. [livro digital] Foundations of Blockchain. Packt Publishing, 2017.
TUTORIALSPPOINT. Blockchain Tutorial. Disponível em: <https://www.tutorialspoint.com/blockchain/index.htm> Acesso em: 25 ago. 2019.
COSTA, Francis da. Rethinking the Internet of Things: A Scalable Approach to Connecting Everything (English Edition) 1st ed. Edição, eBook Kindle

Disciplina: CONTRAESPIONAGEM

Carga horária: 2 h/a

Objetivos: Apresentar ações de espionagem que podem afetar o desenvolvimento socioeconômico e comprometer a soberania nacional, além de demonstrar os fundamentos da contraespionagem.

Conteúdo programático:

- Conceito de espionagem
- Características da espionagem
- Definição de contraespionagem
- Características da contraespionagem

Bibliografia básica:

BRASIL. Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999. Institui o Sistema Brasileiro de Inteligência, cria a Agência Brasileira de Inteligência – ABIN e dá outras providências. Disponível em: <www.planalto.gov.br/legislacao>.

BRASIL. Decreto nº 4.376, de 13 de setembro de 2002. Dispõe sobre a organização e o funcionamento do Sistema Brasileiro de Inteligência, instituído pela Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999, e dá outras providências. Disponível em: <www.planalto.gov.br/legislacao>.

BRASIL. Decreto nº 8.793, de 29 de junho de 2016. Fixa a Política Nacional de Inteligência. Disponível em: <www.planalto.gov.br/legislacao>.

BRASIL. Decreto de 15 de dezembro de 2017. Aprova a Estratégia Nacional de Inteligência. Disponível em: <www.planalto.gov.br/legislacao>.

Bibliografia complementar:

VOLKMAN, Ernest. A História da Espionagem. Escala, 2013.

WEINER, Tim. Legado de Cinzas: Uma história da CIA. Record, 2008.

SNOWDEN, Edward. Eterna Vigilância: como montei e descendi o maior sistema de espionagem do mundo. Planeta, 2019.

Disciplina: PROTEÇÃO AO CONHECIMENTO SENSÍVEL E CONTROLE DOS BENS DE USO DUAL

Carga horária: 2 h/a

Objetivos: Apresentar a necessidade de proteção do conhecimento sensível, o conceito de bens de uso dual e a necessidade de aperfeiçoar os controles governamentais para a transferência de bens de uso dual e de tecnologias sensíveis.

Conteúdo programático:

- Definição de conhecimento sensível
- Apresentação do Programa Nacional de Proteção ao Conhecimento Sensível
- Definição de bens de uso dual
- Definição de tecnologias sensíveis
- Compreensão da legislação que regula a aquisição, manuseio e transferência dos bens de uso dual e tecnologias sensíveis

Bibliografia básica:

BRASIL. Lei nº 9.112, de 10 de outubro de 1995. Dispõe sobre a exportação de bens sensíveis e serviços diretamente vinculados. Disponível em: <www.planalto.gov.br/legislacao>.

Resolução 1.540, do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU).

BRASIL. Livro Branco de Defesa Nacional. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/livro_branco_congresso_nacional.pdf>

Bibliografia complementar:

BRASIL. Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999. Institui o Sistema Brasileiro de Inteligência, cria a

Agência Brasileira de Inteligência – ABIN e dá outras providências. Disponível em: <www.planalto.gov.br/legislacao>.

BRASIL. Decreto nº 4.376, de 13 de setembro de 2002. Dispõe sobre a organização e o funcionamento do Sistema Brasileiro de Inteligência, instituído pela Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999, e dá outras providências. Disponível em: <www.planalto.gov.br/legislacao>.

BRASIL. Decreto nº 8.793, de 29 de junho de 2016. Fixa a Política Nacional de Inteligência. Disponível em: <www.planalto.gov.br/legislacao>.

BRASIL. Decreto de 15 de dezembro de 2017. Aprova a Estratégia Nacional de Inteligência. Disponível em: <www.planalto.gov.br/legislacao>.

Disciplina: CONTRAINTELIGÊNCIA POLICIAL

Carga horária: 6 h/a

Objetivos: Capacitar nos conceitos básicos de contrainteligência policial, aplicando as medidas e Ações de Contrainteligência, agindo dentro dos princípios característicos da Doutrina e assegurando comportamentos adequados à salvaguarda de dados e conhecimentos sigilosos.

Conteúdo programático:

- Definição de Contra Inteligência, os seus fundamentos, sua abrangência;
- Ameaças para a Atividade de Inteligência;
- Alvos da Atividade de Inteligência;
- Medidas de Contra Inteligência;
- Ramos da segurança Orgânica;
- Conceito de Medidas Ativas de Contra Inteligência.
- Definições e conceitos de Contrainteligência;
- Preceitos fundamentais da Segurança Orgânica;
- Espionagem – Sabotagem - Terrorismo;
- Fenômenos naturais - Acidentes;
- Atos de policiais e ex-policiais;
- Movimentos sociais/ Manifestações;
- Os procedimentos de Contra Inteligência de Segurança Pública;
- Garantias à proteção do conhecimento;
- Definições de medidas de Segurança Ativa;
- Definições de medidas de Segurança de Assuntos Internos.

Bibliografia básica:

BRASIL, Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública.
Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública. 4a Ed. Brasília: 2014;
Combate a Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento ao Terrorismo-Legislação-2a Ed. – São Paulo CNF-FEBRABAN, 2005;
Segurança da Informação/Edílson Fontes, CISM, CISA-SP: Ed. Saraiva, 2006;
Espionagem e Democracia/Marco A. C. Cepik-RJ: Ed. FGV, 2003;
Salvaguarda de Assuntos Sigilosos: Proteção ao Conhecimento – Legislação Vigente – Série Coletânea de Legislação no 4 – ABIN/DF;
KENT, Sherman. Informações Estratégicas. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1967
ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (Brasil). Manual Básico: Assuntos Específicos. Rio de Janeiro
DVIR, Avi. Espionagem Empresarial. SP: Ed. Novatec, 2004;
CARMONA, Tadeu. Segredos da Espionagem Digital. SP:Ed. Digerati, 2005;

Bibliografia complementar:

TARAPANOFF, Kira. Inteligência Organizacional e Competitiva. Ed. UNB, 2001;
DULLES, Allen. A Arte das Informações. DF, 1977;
CHOUKR, Falzi Hassan. Garantias Constitucionais na Investigação Criminal. RJ: Ed. Lumem Júris;
BRAGA, Newton C. Espionagem e Contra-Espionagem Eletrônica. SP: Ed. Saber, 2005;
Matos, H. J. E depois de Bin Laden? Implicações estratégicas no fenômeno terrorista internacional. In: Politeia, Revista do ISCPSI, Ano VIII. Lisboa: Editora ISCPSI, 2011.
Matos, H. J. Contraterrorismo: o papel da Intelligence na acção preventiva e ofensiva. In: Livro de Actas do VII Congresso Nacional de Sociologia. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2012.

Disciplina: ANÁLISE DA PROPAGANDA E CONTRAPROPAGANDA

Carga horária: 12 h/a

Objetivos: Fornecer conhecimentos sobre a Propaganda utilizada por entes adversos e a necessidade em se utilizar instrumentos da comunicação para persuasão na atividade de inteligência.

Conteúdo programático:

- Aspectos históricos sobre a propaganda e sua utilização política;
- Conceituação e diferenciação da Publicidade;
- Fundamentos da propaganda;
- Estado como agente de propaganda;
- Utilização da contrapropaganda na atividade de inteligência.

Bibliografia básica:

AZEVEDO, Carlos. Meios de Comunicação como armas de guerra. Disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/>.
BENKLER, Yochai et. All. Network propaganda: manipulation, desinformation and radicalization in American Politics. Oxford press.
BRASIL, República Federativa do. Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública (DNISP). 4ª Revisão. Brasília: SENASP, 2016.
STANLEY, Jason. How propaganda Works. Princeton Press, 2015.

Bibliografia complementar:

CHOMSKY, Noam. Mídia: propaganda política e manipulação. Martins Fontes Editora, unidade 1.
EKMAN, Paul. A linguagem das emoções. São Paulo, 2011, 287 p.
GLASSMAN, W. E. e HADAD, M. Psicologia: Abordagens Atuais. Cap. 1, po. 20-62.
MITNICK, Kevin D; SIMON, William L. A arte de enganar. Tradução: Kátia Aparecida Roque. São Paulo, 2003.
MYERS, David G. Psicologia Social. AMGH Ed., 2014.
RICHERS, Raimar. O que é Marketing? Ed. Brasiliense, 12ª edição.

Disciplina: TERRORISMO E CONTRATERRORISMO

Carga horária: 12 h/a

Objetivos: Apresentar o entendimento histórico do fenômeno do terrorismo com a perspectiva de sua evolução no século XXI como instrumento de pressão não somente político-ideológica, mas também tática utilizada pelo crime organizado. Abordar aspectos de contraterrorismo e sua relação com a inteligência de Estado e com a inteligência policial.

Conteúdo programático:

- Introdução ao tema;
- Abordagem histórica do terrorismo;
- Causas e manifestações do terror;
- Definição do terrorismo e a Lei antiterror brasileira;

- Espécies de terrorismo: do corpo a corpo à utilização de armas de destruição em massa;
- Seleção de alvos;
- Utilização do terrorismo por organizações criminosas;
- Contraterrorismo e Inteligência de Estado;
- Contraterrorismo e Inteligência Policial;
- Perspectivas atuais do terrorismo.

Bibliografia básica:

BECH, Ulrick. Sobre o terrorismo e a guerra. Paidós Editorial, 2006.

BRASIL. Lei 13.260. 16 de março de 2016.

GONÇALVES, Joanival B. e REIS, Marcus V. de. Terrorismo, conhecimento e combate. Niteroi: Editora Impetus, 2017.

HOFFMAN, Bruce. Inside terrorismo. Columbia University Press, 1998.

KYDD, Andrew H.; WALTER, Barbara F. The strategies of terrorism. IN: International Security. Vol. 31, n.º 1 (summer 2006), pp. 49-80

MAKARENKO, Tamara. The crime terror continuum: tracing the interplay between transnational organized crime and terrorism. Global Crime, v. 6, n.º 6, feb. 2004.

Bibliografia complementar:

CRENSHAW, Martha. The causes of terrorism. Comparative Politics. Vol. 13, n.º 4 (jul 1981), pp. 379-399.

DELLA PORTA, Donatella. Left wing terrorism in Italy. IN: Terrorism in Context. Pennsylvania State University Press. 1995, pp. 105-159.

LAPSHINA, Ekaterina. The vulnerability of democracies. IN: Foresight. Vol. 6, issue 4, pp. 218-222.

KILCULLEN, David J. Three pillars of counterinsurgency. Conferência do Governo dos EUA sobre contrainsurgência. Washington DC, 28 de setembro de 2006.

MARIGHELLA, Carlos. Mini-manual do guerrilheiro urbano. 1969. Marighella internet service (marxist.org), 2004.

PILLAR, Paul R. The dimensions of terrorism and counterterrorism. IN: Terrorism and the United States foreign policy. The Brookings Institution, 2001. pp. 12-2.

THOREAU, Henry David. Civil Desobedience. Amazon Digital Services Inc. Digital Book 2012.

Disciplina: DIREITOS HUMANOS E GRANDES FENÔMENOS CRIMINOSOS MODERNOS – TERRORISMO, INSURGÊNCIA E O CRIME ORGANIZADO TRANSNACIONAL

Carga horária: 6 h/a

Objetivos: Fornecer conhecimentos sobre a teoria dos direitos humanos e sua interrelação com os fenômenos criminosos globais. Quais os limites de atuação dos Estados-Modernos?

Conteúdo programático:

- Aspectos históricos dos direitos humanos;
- Estado moderno e sua subordinação aos direitos humanos;
- A Baliza legal no combate aos fenômenos criminosos globais;
- Razão de Estado e casos limítrofes.

Bibliografia básica:

BERMAN, Harold J. Direito e Revolução: A Formação da Tradição Jurídica Ocidental – Introdução (p. 11 a 63). São Leopoldo: Editora Unisinos, 2006.

COMPARATO, Fábio K. A afirmação Histórica dos Direitos Humanos - Introdução (p. 13 a 81). 7ª Ed., São Paulo: Saraiva, 2010.

Disciplina: TÓPICOS ESPECIAIS DE TERRORISMO E SEGURANÇA

Carga horária: 6 h/a

Objetivos: Fornecer conhecimentos sobre a teoria dos direitos humanos e sua interrelação com os fenômenos criminosos globais. Quais os limites de atuação dos Estados-Modernos?

Conteúdo programático: Segurança: A Evolução de um Conceito. Segurança: Da Evolução de um Conceito à Garantia Democrática. Da Narrativa dos Nexos ao Processo de Securitização. Novo Terrorismo? Do Fracasso da Guerra ao Terror à Radicalização Virtual. O Terrorismo e a Educação. As Redes Sociais, a Radicalização Virtual e a Resposta Estatal. As Redes Sociais, a Radicalização Virtual e a Resposta Estatal II. Evolução Legislativa Brasileira no Tocante ao Terrorismo. Lei 13.260/2016. A Moderna Prestação Protetiva Estatal Contraterrorista. Financiamento ao Terrorismo.

Bibliografia básica:

AMARO, António Duarte. Segurança comunitária e proteção civil. Territorium: Revista Internacional de Riscos, n. 27, n. 1, p. 5-16, 2020.

BUZAN, Barry. Rethinking Security after the Cold War. Cooperation and Conflict, v. 32, n. 1, p. 5-28, March 1, 1997.

BUZAN, Barry. People, States and Fear: an Agenda for International Security Studies in the Post-Cold War Era. 2. ed. Colchester: ECPR Press, 2007.

CHUY, José Fernando M. Operação Hashtag: a primeira condenação de terroristas islâmicos na América Latina. Novo Século: São Paulo, 2018.

GOUVEIA, Jorge Bacelar. Direito da segurança: cidadania, soberania e cosmopolitismo. Coimbra: Almedina, 2018.

GUEDES, Armando Marques. Ligações perigosas, conectividade, coordenação e aprendizagem em redes terroristas. Coimbra: Almedina, 2007.

MATOS, Hermínio Joaquim de. Contraterrorismo e contraradicalização: mitigar ou exacerbar da violência?

JANUS, Anuário de Relações Exteriores, UAL, 16 junho 2014. Disponível em: http://janusonline.pt/images/anuario2014/3.26_HerminioMatos_Contraterrorismo.pdf. Acesso em: 31 jul. 2019.

Disciplina: OPERAÇÕES DE INTELIGÊNCIA

Carga horária: 4 h/a

Objetivos: Compreender e analisar as principais técnicas operacionais utilizadas nas ações de busca para produção do conhecimento de inteligência.

Conteúdo programático:

- Observação, Memorização e Descrição (OMD)
- Reconhecimento (RECON)
- Estória-Cobertura
- Disfarce
- Vigilância
- Entrevista
- Recrutamento Operacional
- Desinformação
- Provocação
- Infiltração
- Entrada
- Interceptação de Sinais e de Dados
- Comunicações Sigilosas (COMSIG)

- Processos de Identificação de Pessoas
- Leitura da Fala
- Análise de Veracidade
- Emprego de Meios Eletrônicos
- Foto-Interpretação

Bibliografia básica:

Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública (DNISP) desclassificada

Bibliografia complementar:

BRASIL. Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999. Institui o Sistema Brasileiro de Inteligência, cria a Agência Brasileira de Inteligência – ABIN e dá outras providências. Disponível em: <www.planalto.gov.br/legislacao>.

BRASIL. Decreto nº 4.376, de 13 de setembro de 2002. Dispõe sobre a organização e o funcionamento do Sistema Brasileiro de Inteligência, instituído pela Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999, e dá outras providências. Disponível em: <www.planalto.gov.br/legislacao>.

BRASIL. Decreto nº 8.793, de 29 de junho de 2016. Fixa a Política Nacional de Inteligência. Disponível em: <www.planalto.gov.br/legislacao>.

BRASIL. Decreto de 15 de dezembro de 2017. Aprova a Estratégia Nacional de Inteligência. Disponível em: <www.planalto.gov.br/legislacao>.

BRASIL. Decreto nº 10.777, de 24 de Agosto de 2021. Institui a Política Nacional de Inteligência de Segurança Pública. Disponível em: <www.planalto.gov.br/legislacao>.

BRASIL. Decreto nº 10.778, de 24 de Agosto de 2021. Institui a Estratégia Nacional de Inteligência de Segurança Pública. Disponível em: <www.planalto.gov.br/legislacao>.

Disciplina: ANÁLISE DE RISCOS

Carga horária: 20 h/a

Objetivos: Apresentar conceitos, e metodologias de análises de riscos.

Conteúdo programático:

- Definição e conceitos iniciais
- Normas de Gestão de Riscos
- Análise de Risco como ferramenta de Inteligência Estratégica
- Metodologias de Análises de Riscos

Bibliografia básica:

ISO, ABNT NBR. IEC 31000: 2018: Gestão de Riscos - Diretrizes. Rio de Janeiro: ABNT, 2018.

ISO, ABNT NBR. IEC 31010: 2021: Gestão de Riscos - Técnicas para o processo de avaliação de riscos. Rio de Janeiro: ABNT, 201.

ANDRADE, F. S.; ALBUQUERQUE, C. E. P. . ANÁLISE DE RISCOS COM ÊNFASE NA SEGURANÇA PORTUÁRIA: o processo de avaliação de riscos da CONPORTOS e o ISPS code. REVISTA BRASILEIRA DE CIENCIAS POLICIAIS, v. 10, p. 99-124, 2019.

ANDRADE, F. S.; ROCKEMBACH, S. J. . Metodologia ARSO: Análise de Riscos em Segurança Orgânica. Revista Mercopol, v. 11, p. 46-65, 2018.

ANDRADE, F. S.; ALBUQUERQUE, C. E. P. . O emprego da Análise de Risco como ferramenta da Inteligência Estratégica. Revista Brasileira de Ciencias Policiais, v. 4, p. 107-121, 2013.

Bibliografia complementar:

ANDRADE, Felipe Scarpelli de. Análise de riscos estratégicos: proposição de uma metodologia com foco nos valores organizacionais a partir do contexto da segurança pública / Felipe Scarpelli de Andrade. - 2019.

ANDRADE, F. S.; ALBUQUERQUE, C. E. P. ; ALENCAR, M. H. ; FERREIRA, R. J. P. . Análise Multicritério Como Ferramenta De Inteligência Para Mitigação De Riscos Estratégicos Da Polícia Federal. In: Xxxviii Encontro Nacional De Engenharia De Producao, 2018, Maceió/AL.A Engenharia de Produção e suas contribuições para o desenvolvimento do Brasil, 2018.

Disciplina: PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO DE INTELIGÊNCIA

Carga horária: 10 h/a

Objetivos: Apresentar os conceitos e fundamentos da Metodologia de Produção do Conhecimento, compreender e identificar suas fases; compreender os diferentes tipos de conhecimentos a partir dos estados da mente em relação a verdade, trabalhos intelectuais e tempo do fato.

Conteúdo programático:

- Características, princípios, valores, ramos, e níveis de assessoramento da atividade de inteligência e suas implicações na produção de conhecimento de inteligência;
- Distinção de Atividade de Inteligência e Investigação Criminal e legislações correlatas;
- Ciclo da Atividade de Inteligência;
- Concepção da Metodologia de Produção do Conhecimento;
- Dado e Conhecimento;
- Estados da Mente perante a verdade, trabalhos Intelectuais e tempo;
- Tipos de Conhecimento;
- Fases da Metodologia de Produção do Conhecimento: planejamento, reunião de dados, processamento formalização e difusão.

Bibliografia básica:

BRASIL. Lei nº 9.883/97 DE 7 DE DEZEMBRO DE 1999. Institui o Sistema Brasileiro de Inteligência, cria a Agência Brasileira de Inteligência - ABIN, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9883.htm Acesso em 19 fev 2022;

BRASIL. Decreto nº 3.695/00, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2000. Cria o Subsistema de Inteligência de Segurança Pública, no âmbito do Sistema Brasileiro de Inteligência, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3695.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%203.695%2C%20DE%2021,1he%20s%C3%A3o%20conferidas%20no%20art. Acesso em 19 fev 2022;

BRASIL. Decreto nº 4.376/02, DE 13 DE SETEMBRO DE 2002. Dispõe sobre a organização e o funcionamento do Sistema Brasileiro de Inteligência, ins?tuído pela Lei no 9.883, de 7 de dezembro de 1999, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4376.htm . Acesso em 19 fev 2022;

BRASIL. DECRETO Nº 8.793, DE 29 DE JUNHO DE 2016. Fixa a Política Nacional de Inteligência. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8793.htm Acesso em 19 fev 2022;

BRASIL. DECRETO Nº 9.662, DE 1º DE JANEIRO DE 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9662.htm Acesso em 19 fev 2022;

BRASIL. DECRETO DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017. Aprova a Estratégia Nacional de Inteligência. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/dsn/Dsn14503.htm Acesso em 19 fev 2022;

BRASIL. DECRETO Nº 10.777, DE 24 DE AGOSTO DE 2021. Institui a Política Nacional de Inteligência de Segurança Pública. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/decreto/D10777.htm Acesso em 19 fev 2022;

BRASIL. DECRETO Nº 10.778, DE 24 DE AGOSTO DE 2021. Aprova a Estratégia Nacional de Inteligência de Segurança Pública. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/

decreto/D10778.htm Acesso em 19 fev 2022;

Presidência da República. Ministério da Justiça. Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública – DNISP. 4. ed. Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2014

Bibliografia complementar:

CEPIK, Marco A. C. Espionagem e democracia: agilidade e transparência como dilemas na institucionalização de serviços de inteligência. 1 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003;

COUTO, Marcelo. Investigação e inteligência policial. 1 ed. Porto Alegre: Nuria Fabris, 2015;

FERRO JÚNIOR, Celso Moreira. A inteligência e a gestão da informação policial: conceitos, técnicas e tecnologias definidos pela experiência profissional e acadêmica. Brasília: For?um, 2008;

GONÇALVES, Joanisval Brito. A?vidade de inteligência e legislação correlata. 5 ed., ver. e atual. Niterói: Impetus, 2016;

KENT, Sherman. Strategic Intelligence for American World Policy. Princeton: Princeton University Press, 1949;

PLATT, Washington. Produção de Informações Estratégicas. Tradução dos Major Álvaro Galvão Pereira e Capitão Heitor Aquino Ferreira. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1974.

Disciplina: SEGURANÇA CIBERNÉTICA – HISTÓRICO, DESCONFUSÃO CONCEITUAL, DEFINIÇÕES E NATUREZA JURÍDICA

Carga horária: 20 h/a

Objetivos: Analisar o conceito de cibersegurança no âmbito da União Internacional de Telecomunicações e doutrina, além das variadas vertentes desse conceito, e de que forma as nações utilizam essas definições para priorizar seus interesses econômicos, sociais e políticos.

Conteúdo programático:

- Conceito jurídico de cibersegurança
- Conceitos básicos: confidencialidade, integridade, disponibilidade, garantia, autenticidade e anonimato
- Princípios de segurança
- Conceitos criptográficos: encriptação, assinaturas digitais, funções hash criptográficas e certificados digitais
- Programas maliciosos (malware)
- Natureza jurídica da cibersegurança
- Normativos, acordos e tratados internacionais sobre cibersegurança
- A cibersegurança e as sua vertentes
- A cibersegurança como uma questão transnacional e os dilemas da soberania

Bibliografia básica:

ANTUNES, Mário; RODRIGUES, Baltazar - Introdução à Cibersegurança. Lisboa: FCA, 2018.

GOUVEIA, Jorge Bacelar - Direito da Segurança. Coimbra: Almedina, 2018.

MANDARINO, R. (2009). Um estudo sobre a segurança e a defesa do espaço cibernético brasileiro. UnB. Departamento de Ciência da Computação. Brasília: DCE.

CASTELLS, Manuel. A Sociedade em Rede. São Paulo: Paz & Terra, 2016.

CAPELLARI, Eduardo - Tecnologias de Informação e possibilidades do século XXI: por uma nova relação do Estado com a cidadania. Revista Jurídica. Guarapuava - Paraná, (1) 1, 2001.

Bibliografia complementar:

BAARS, Hans (et al.) - Fundamentos de Segurança da Informação. Com base na ISO 27001 e na ISO 27002. São Paulo: Brasport, 2018.

BARLOW, John Perry - Declaração de Independência do Ciberespaço. Suíça, 1996. [Consult. 10 mar.

2020]. Disponível em <http://www.dhnet.org.br/ciber/textos/barlow.htm>

BECK, Ulrich - Sociedade de risco mundial: em busca da segurança perdida. Lisboa: Edições 70, 2015.

BROEDERS, Dennis - The public core of the internet: an international agenda for internet governance. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2015.

CASTELLS, Manuel. A Sociedade em Rede. São Paulo: Paz & Terra, 2016.

LIMA, Glaydson de Farias. Manual de Direito Digital: Fundamentos, Legislação e Jurisprudência. Curitiba: Appris, 2016.

HABERMAS, Jurgen - The Postnational Constellation. Political Essays. Cambridge: The MIT Press, 2001.

APPAZOV, Artur - Legal Aspects of Cybersecurity. Faculty of Law. University of Copenhagen. (2014). [Consult. 4 mai. 2018]. Disponível em http://justitsministeriet.dk/sites/default/files/media/Arbejdsomraader/Forskning/Forskningspuljen/Legal_Aspects_of_Cybersecurity.pdf

LUIJF, H.A.M. (et al.) - Ten National Cyber Security Strategies: a comparison: Critical information Infrastructure security. International Workshop on Critical Information Infrastructures Security. Lecture Notes in Computer Science (LNCS). Springer-Verlag Berlin Heidelberg. (2013), p.p. 1-17. Recuperado em 11 dez. 2018 de https://www.researchgate.net/publication/261987241_Ten_National_Cyber_Security_Strategies_a_Comparison_Critical_Information_Infrastructure_Security

MANDARINO JUNIOR, R. - Segurança e defesa do espaço cibernético brasileiro. Recife: Cubzac, 2010.

SCHMITT, Michael N.; VIHUL, Liis - The Nature of International Law Cyber Norms. Nato CCD COE publications. Tallin, (2014-2015). [Consult. 23 mai. 2018]. Disponível em <https://ccdcoe.org/sites/default/files/multimedia/pdf/Tallinn%20Paper%20No%20%205%20Schmitt%20and%20Vihul.pdf>

SHACKELFORD, Scott - Human Rights and Cybersecurity due Diligence: a comparative study. University of Michigan Journal of Law Reform. (50) (2017). [Consult. 28 fev. 2020]. Disponível em https://repository.law.umich.edu/cgi/viewcontent.cgi?referer=https%253A%252F%252Fscholar.google.com.br%252Fscholar%253Fq%253Dcybersecurity%2520principles%2520for%2520a%2520governance&hl=ptBR&as_sdt=0&as_vis=1&oi=scholar&httpsredir=1&article=1191&context=mjlr&seiredir=1#search=%22cybersecurity%20principles%20governance%22

SILVA, Miguel Ferreira da - Cibersegurança vs. Ciberdefesa – uma visão portuguesa distinção. Revista Científica sobre Cyberlaw. CIJIC. (2016). [Consult. 28 fev. 2020]. Disponível em <http://www.cijic.org/wp-content/uploads/2016/01/MIGUELFERREIRA-E-SILVA.pdf>

Disciplina: POLÍTICA NACIONAL DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E ESTRATÉGIA NACIONAL DE SEGURANÇA CIBERNÉTICA

Carga horária: 19 h/a

Objetivos: Compreender e analisar os fundamentos e objetivos constantes na Estratégia Nacional de Segurança Cibernética e correlacioná-la com o arcabouço legal existente afeto à matéria. Conhecer e analisar criticamente a legislação nacional concernente ao tema de segurança da informação e segurança cibernética

Conteúdo programático:

- Decreto nº 10.222, de 5 de fevereiro de 2020, que estabelece a Estratégia Nacional de Segurança Cibernética
- Ações e objetivos estratégicos
- Eixos temáticos
- Análise da Política Nacional de Segurança da Informação

Bibliografia básica:

Decreto nº 10.222, de 5 de fevereiro de 2020, que estabelece a Estratégia Nacional de Segurança

Cibernética.

Decreto nº 9.637, de 26 de dezembro de 2018, que estabelece a Política Nacional de Segurança da Informação.

Portaria nº 93, de 26 de setembro de 2019 – Glossário de Segurança da Informação.

Bibliografia complementar:

ALMEIDA, Lilian Barros de Oliveira - Globalização, constitucionalismo e os Poderes do Estado brasileiro. Revista de Informação Legislativa RIL. Brasília, (55) 219, (2018).

CRUZ JÚNIOR, Samuel César da - A segurança e defesa cibernética no Brasil e uma revisão das estratégias dos Estados Unidos, Rússia e Índia para o espaço virtual. Texto para discussão. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Ipea, 2013, p.13. [Consult. 26 dez. 2019]. Disponível em http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1850.pdf

Instrução Normativa nº 4, de 26 de março de 2020, do Gabinete de Segurança Institucional – Requisitos Mínimos de Segurança Cibernética para as redes 5G.

Instrução Normativa nº 1, de 27 de maio de 2020 – Estrutura de Gestão da Segurança da Informação nos órgãos e nas entidades da Administração Pública Federal.

NUNES, Paulo Fernando Viegas. A definição de uma Estratégia Nacional de Cibersegurança. Instituto de Defesa Nacional. Nação e Defesa, Lisboa, n. 133, 2012, p.p. 113-127. Disponível em: <https://www.idn.gov.pt/publicacoes/nacaodefesa/textointegral/NeD133.pdf#page=114>

Disciplina: INTELIGÊNCIA CIBERNÉTICA E INTELIGÊNCIA DE FONTES ABERTAS (OSINT)

Carga horária: 20 h/a

Objetivos: Capacitar os alunos do Curso de Inteligência Cibernética a descobrir, adquirir, preservar e processar os dados presentes em ambiente tecnológico, bem como elaborar relatório de conhecimento com o material adquirido.

Conteúdo programático:

- Noções Básicas Sobre Rede Computacional;
- Preparo do Equipamento Para o Curso;
- A Inteligência Cibernética;
- Meio Virtual e os Crimes Perpetados Neste Meio;
- O Monitoramento do Ambiente Cibernético;
- Coleta de Dados Relevantes;
- Investigação no ambiente cibernético;
- Preservação do Vestígio;
- Cadeia de Custódia de Provas;
- Elaboração de relatórios;
- Estudo de casos.

Bibliografia básica:

BAZZELL, Michael. Open Source Intelligence Techniques: Resources for Searching and Analyzing Online Information. 9ª Ed. Estados Unidos: Michael Bazzell, 2022. 524 páginas.

JORGE, Higor Vinícius Nogueira; SILVA, Ulisses da Nobrega. Enfrentamento da Corrupção e Investigação Criminal Tecnológica - Procedimentos, Fontes Abertas, Estudo de Casos e Direito Anticorrupção. 2ª Ed. Bahia: Ed. Juspodivm, 2021. 592 páginas.

JORGE, Higor Vinícius Nogueira; SILVA, Ulisses da Nobrega. Tratado de Investigação Criminal Tecnológica. 2ª Ed. Bahia: Ed. Juspodivm, 2021. 582 páginas

PRADO, Geraldo. A Cadeia de Custódia da Prova no Processo Penal. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Marcial Pons, 2021.

WENDT, Emerson. Internet & Direito Penal. Risco e Cultura do Medo. Porto Alegre: Ed. Livraria do Advogado, 2016.

Bibliografia complementar:

CASSANTI, Moises de Oliveira. Crimes Virtuais, Vítimas Reais. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Brasport, 2014.

CASTRO, Carla Rodrigues Araújo de. Crimes de informática e seus aspectos processuais. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2003.

CRESPO, Marcelo Xavier de Freitas. Crimes Digitais. 1ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

SILVA, Patrícia Santos. Direito e Crime Cibernético: Análise da competência em razão do lugar no julgamento das ações penais. 1ª Ed. Brasília: Vestnik, 2015.

WENDT, Emerson; JORGE, Higor Vinicius Nogueira. Crimes cibernéticos: ameaças e procedimentos de investigação. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Brasport, 2013.

Disciplina: CONTROLE DA ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA

Carga horária: 5 h/a

Objetivos: Analisar os tipos de controle exercidos sobre a Atividade de Inteligência, com ênfase na análise da efetividade do controle exercido pela Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência do Congresso Nacional (CCAI).

Conteúdo programático:

- Sigilo e Democracia
- Controle Interno
- Controle Parlamentar
- Controle Judicial

Bibliografia básica:

SOUSA, Diego Alekes Fontes de. Controle público da inteligência de Estado: um embate entre a necessidade de sigilo e o princípio da transparência. 2012. 64 f. Monografia (Bacharelado em Direito)— Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

GONÇALVES, Joanisval Brito. Atividade de inteligência e legislação correlata. Niterói, RJ: Impetus, 2010.

GONÇALVES, Joanisval Brito. Políticos e espões: o controle da atividade de Inteligência. Rio de Janeiro: Impetus, 2010.

GONÇALVES, Joanisval Brito. As transformações no sistema de inteligência e o papel do controle parlamentar no início do século XXI: o caso do Brasil. Disponível em: <<http://www.resdal.org/lasa/lasa07-brito.pdf>>.

Bibliografia complementar:

BRASIL. Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999. Institui o Sistema Brasileiro de Inteligência, cria a Agência Brasileira de Inteligência – ABIN e dá outras providências. Disponível em: <www.planalto.gov.br/legislacao>.

BRASIL. Decreto nº 4.376, de 13 de setembro de 2002. Dispõe sobre a organização e o funcionamento do Sistema Brasileiro de Inteligência, instituído pela Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999, e dá outras providências. Disponível em: <www.planalto.gov.br/legislacao>.

BRASIL. Decreto nº 8.793, de 29 de junho de 2016. Fixa a Política Nacional de Inteligência. Disponível em: <www.planalto.gov.br/legislacao>.

BRASIL. Decreto de 15 de dezembro de 2017. Aprova a Estratégia Nacional de Inteligência. Disponível em: <www.planalto.gov.br/legislacao>.

BRASIL. Decreto nº 10.777, de 24 de Agosto de 2021. Institui a Política Nacional de Inteligência de Segurança Pública. Disponível em: <www.planalto.gov.br/legislacao>.

BRASIL. Decreto nº 10.778, de 24 de Agosto de 2021. Institui a Estratégia Nacional de Inteligência de Segurança Pública. Disponível em: <www.planalto.gov.br/legislacao>.

Disciplina: ATIVIDADE INTEGRADA DE INTELIGÊNCIA E MODELOS DE GESTÃO

Carga horária: 2 h/a

Objetivos: Apresentar circunstâncias que demandam a gestão da atividade integrada de inteligência e reflexões acerca de modelos existentes.

Conteúdo programático:

- Problemas complexos e contextos de crise
- Modelos de Gestão
- Contexto histórico do modelo de integração de inteligência
- Reflexões de modelos de Gestão da Atividade Integrada de Inteligência
- Estudo de casos.

Bibliografia básica:

ALVES, Paulo M. M. R. O Impacto de Big Data na Atividade de Inteligência. Revista Brasileira de Inteligência, 2008, Vol 13, p. 25-44..

ARAÚJO, Thiago. Modelo de Gestão Tática-Operacional da Atividade De Inteligência: Uma abordagem sistêmica baseada em redes e times multidisciplinares. Revista Brasileira de Inteligência, 2020, Vol. 15, p. 59-79.

DIAS, Gabriel C. dos R. Costa. A Atuação Integrada de Inteligência no Apoio do Serviço de Inteligência da Polícia do Senado Federal às Comissões Parlamentares de Inquérito. 2021.

FERREIRA, Gustavo de Moraes Ivalski. Perspectivas e Desafios para o Trabalho Integrado em Centros de Inteligência. Sem data.

PAULA, Marcelo Furtado M. Ambientes Complexos e a Superação da Gestão por Comando e Controle nas Operações de Inteligência. Revista Brasileira de Inteligência, 2008, Vol 13, p. 45-59

Bibliografia complementar:

AFONSO, Leonardo Singer. Considerações sobre a Relação entre a Inteligência e seus Usuários. Revista Brasileira de Inteligência, n.5, p. 7-19, out. 2009.

LARES, Vitor. Repensando comportamentos: Reflexões sobre planejamento e direção do ciclo de inteligência. Revista Brasileira de Inteligência, n.8, p. 69-79, set. 2013.

5.4. AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

A avaliação do desempenho escolar será feita por disciplina, por meio de provas no sistema Gran Cursos, e terá por base o sistema de notas em valores numéricos, numa escala de 0 (zero) a 100 (cem) ponto, considerando-se aprovado(a) aquele que alcançar a nota mínima de 70(setenta) pontos.

5.5. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Será opcional.

5.6. ATIVIDADE DE EAD

Aulas expositivas, mesclando a teoria com casos práticos apresentados pelos docentes por meio de suas experiências profissionais e acadêmicas.

5.7. CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE UNIDADES CURRICULARES CURSADAS ANTERIORMENTE

O aproveitamento de estudos dar-se-á por equivalência ou isenção de disciplinas, caso o(a) aluno(a) já tenha cursado disciplina com carga horária e conteúdo programático compatíveis ou idênticos entre si. O pedido de aproveitamento de disciplinas será analisado pela coordenação do curso.

6. Coordenação do Curso

6.1. COORDENADOR DO CURSO

Diego Alekes Fontes de Sousa

Especialista em Inteligência de Estado e Inteligência de Segurança Pública pela International Association for Security and Intelligence Studies (INASIS). Pós-Graduado em Gestão de Segurança Pública e em Direito Administrativo pela Faculdade de Ciências de Wenceslau Braz.

E-mail: profdiegofontes@gmail.com

Telefone: (61) 98216-1619

6.2. CORPO DOCENTE

Unidade Curricular	Docente(s)	Titulação	Carga Horária
Introdução à Atividade de Inteligência	Diego Fontes	Especialista	19h
	Maurício Viegas	Mestre	
Inteligência Policial	Romano Carneiro	Mestre	20h
Crime Organizado Transnacional	Marcus Vinícius Reis	Mestre	12h
Gestão Estratégica nas Organizações	Weskley Rodrigues	Especialista	20h
Legislação de Inteligência – Parte 1	Mariana Barreiras	Mestra	23,5h
	Diego Fontes	Especialista	
Gestão da Informação	Patrícia Quintão	Mestra	45h
Legislação de Inteligência – Parte 2	Diego Fontes	Especialista	45h
	Mariana Barreiras	Mestra	
	Ana Patrícia Silva	Especialista	
	Marcos Fagner	Especialista	
Legislação Aplicada à Segurança da Informação	Jósis Alves	Especialista	30h
Segurança Orgânica	Romano Carneiro	Mestre	14h

Unidade Curricular	Docente(s)	Titulação	Carga Horária
Criptografia, Certificação Digital e Tópicos Especiais em Segurança da Informação	Cácio Costa	Especialista	5,5h
Contraespionagem	Mariana Barreiras	Mestra	2h
Proteção ao Conhecimento Sensível e Controle dos Bens de Uso Dual	Diego Fontes	Especialista	2h
Contraineligência Policial	Romano Carneiro	Mestre	6h
Análise da Propaganda e Contrapropaganda	Marcus Vinícius Reis	Mestre	12h
Terrorismo e Contraterrorismo	Marcus Vinícius Reis	Mestre	12h
Direitos Humanos e Grandes Fenômenos Criminosos Modernos – Terrorismo, Insurgência e o Crime Organizado Transnacional	Marcus Vinícius Reis	Mestre	6h
Tópicos Especiais de Terrorismo e Segurança	Fernando Chuy	Mestre	6h
Operações de Inteligência	Diego Fontes	Especialista	4h
Análise de Riscos	Carlos Alberto Lemes	Especialista	20h
Produção do Conhecimento de Inteligência	Ana Patrícia Silva	Especialista	10h
Segurança Cibernética – Histórico, Desconfusão Conceitual, Definições e Natureza Jurídica	Danilo Christóforo	Mestre	20h
Política Nacional de Segurança da Informação e Estratégia Nacional de Segurança Cibernética	Danilo Christóforo	Mestre	19h
Inteligência Cibernética e Inteligência de Fontes Abertas (OSINT)	Ulisses da Nóbrega	Especialista	20h
Controle da Atividade de Inteligência	Diego Fontes	Especialista	5h
Atividade Integrada de Inteligência e Modelos de Gestão	Gabriel Dias	Especialista	2h
Metodologia da Pesquisa Científica (opcional)	Julianna Moreira	Mestra	40h

6.3. BIBLIOTECA

Não haverá uma biblioteca física, em razão da natureza do curso. Caberá ao docente indicar em aula a bibliografia básica e complementar.

7. Estágio

7.1. Este curso de pós-graduação contempla, como diretriz curricular, apenas o estágio não obrigatório, assim considerado aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular obrigatória, nos termos da Lei n. 11.788, de 25 de setembro de 2008, devendo-se celebrar Termo de Compromisso de Estágio, como Instrumento Jurídico entre a Instituição de Ensino, a parte Concedente e o estagiário em cláusulas que estabeleçam as condições gerais (vigência, eventual bolsa e jornada de trabalho, compatível com as atividades escolares e nos limites legais) bem como as obrigações da Instituição de Ensino, em relação aos estágios de seus educandos; e as obrigações da parte concedente.

7.2. As atividades de extensão, de monitorias e de iniciação científica na educação superior, desenvolvidas pelo aluno, são equiparadas ao estágio.

7.3. Deve-se haver compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no Termo de Compromisso de Estágio.

7.4. O estágio, como ato educativo escolar supervisionado, deverá ter acompanhamento efetivo pelo professor orientador da Instituição de Ensino e por Supervisor da parte concedente, comprovado por vistos em relatórios de atividades a serem apresentados pelo aluno, em prazo não superior a 6 (seis) meses, e por menção de aprovação final.

7.5. Os relatórios periódicos e o final devem ser apresentados à instituição de ensino, com a descrição pormenorizado das atividades, inclusive com a natureza do estágio e jornada, e com a assinatura do supervisor da parte concedente.

7.6. Os relatórios periódicos do estagiário serão incorporados ao Termo de Compromisso por meio de aditivos à medida que for avaliado, progressivamente, o desempenho do aluno.

7.7. Quando devidamente formalizado, as atividades de estágio podem, a pedido do interessado ser acrescidas à carga horária regular e obrigatória, com o objetivo de acrescentar a carga horária respectiva como atividade complementar no certificado.